autorizado;

V - aprovar o relatório anual da administração mediante emissão de parecer, subsidiando o Conselho Superior;

VI - buscar, junto à administração, o cumprimento das recomendações feitas pelos órgãos de auditoria do Estado do Pará, em especial o Tribunal de Contas do Estado, em qualquer processo de inspeção e julgamento de contas anuais, prestando contas a esse órgão de indícios de irregularidades ou descumprimento de normas, bem assim mandar apurar tais fatos;

VII - diligenciar no sentido de adoção dos procedimentos corretivos recomendados pela Auditoria Interna e pelas Auditorias Independentes;

VIII - acompanhar o atendimento das recomendações feitas pelo colegiado ao órgão de Auditoria Interna;

IX - encaminhar ao órgão de Auditoria Interna cópia das atas das suas reuniões, assim como dos expedientes que contenham recomendações;

X - elaborar e aprovar o seu regimento interno;

XI - pronunciar-se sobre outros assuntos que lhe forem submetidos pelo Conselho Superior ou pela Diretoria Executiva.

Seção V

Das Administrações Regionais

Art. 25. As Administrações Regionais têm como função básica a gestão descentralizada de portos e da infra-estrutura aquaviária interior no Estado do Pará.

§ 1º Em cada porto e hidrovía federal que venham a ser delegados ao Estado do Pará, a CPH, no exercício de suas funções de Autoridade Portuária e de Administradora de Hidrovias, poderá, dentro do princípio de descentralização administrativa, criar uma Administração Regional.

§ 2º Cada porto ou hidrovía federal onde houver uma Administração Regional será dirigido por um administrador, a ser designado pela Diretoria Executiva, cuja organização e funcionamento serão estabelecidos em regimento interno.

CAPÍTULO VII DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 26. O exercício social da CPH coincide com o ano civil.

Art. 27. Ao final de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar as seguintes demonstrações financeiras:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração do resultado do exercício;

III - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados e das mutações patrimoniais;

IV - demonstração das origens e aplicações dos recursos;

V - notas explicativas ao balanço e às demonstrações contábeis.

§ 1º Na apropriação do resultado da correção monetária será observado o que preceitua a legislação pertinente.

§ 2º As demonstrações financeiras, acompanhadas dos pareceres da Auditoria e do Conselho Fiscal, e da manifestação do Conselho Superior, serão encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado do Pará para apreciação, observados os prazos previstos no Regimento Interno daquela Corte.

Art. 28. As despesas para custeio de pessoal e contratação e requisição de mão-de-obra de terceiros para as atividades portuárias não deverão ultrapassar o limite de 40% (quarenta por cento) das receitas operacionais e de arrendamento de instalações integrantes dos portos explorados pela CPH.

Seção I

Da Destinação do Lucro

Art. 29. Do resultado do exercício, feita a dedução para atender prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda, o Conselho Superior decidirá sobre sua destinação, observado os termos do convênio de delegação firmado entre a União, através do Ministério dos Transportes, e o Estado do Pará.

Art. 30. O orçamento da CPH, compreendendo receita e despesa e elaborado de forma sintética, deverá ser submetido à apreciação do Conselho Superior até 20 de dezembro de cada ano.

Art. 31. Os recursos transferidos pela União à CPH serão contabilizados de acordo com o que determinar a legislação, as normas e os convênios pertinentes, e com as orientações técnicas emanadas do Governo Federal.

CAPÍTULO VIII DO PESSOAL

Art. 32. O pessoal da CPH é regido pela legislação trabalhista, observado o disposto no convênio de delegação firmado entre a União, através do Ministério dos Transportes, e o Estado do Pará.

Parágrafo único. Os empregados da Companhia Docas do Pará - CDP que desejarem permanecer em suas funções nos portos delegados e optarem pela nova empresa de administração portuária terão seus contratos individuais de trabalho mantidos na CPH, que os assumirá por sucessão trabalhista, na forma prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em face do regime jurídico de direito privado e trabalhista imposto às empresas públicas, de acordo com o art. 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

Art. 33. A admissão de empregados pela CPH será feita através de concurso público, na forma do art. 37, inciso II, da Constituição Federal, ressalvada a absorção dos vínculos empregatícios existentes nos portos delegados mediante sucessão trabalhista, na forma dos arts. 10 e 448 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 34. As funções de confiança serão privativas dos empregados ocupantes de cargos de carreira do quadro de pessoal efetivo da CPH, ficando facultado à Diretoria Executiva designar, até o limite de 30% (trinta por cento) do total de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, pessoas não-ocupantes de cargo de carreira do quadro de pessoal efetivo da CPH.

Art. 35. A CPH poderá utilizar-se, para o desempenho de suas atividades, de servidores públicos federais, estaduais ou municipais, tanto da administração direta como da indireta e fundacional, atendidas as condições estabelecidas pela legislação pertinente.

Art. 36. A CPH promoverá programas de formação de pessoal especializado e manterá programa de aperfeiçoamento e treinamento de pessoal técnico e administrativo.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37. A participação da CPH em plano privado de seguridade social para seus empregados através de entidade própria observará o disposto na legislação específica.

Parágrafo único. A CPH contribuirá para a previdência complementar, referente à parcela da patrocinadora, em relação aos contratos individuais de trabalho de empregados participantes ativos de planos de seguridade social em vigor.

Art. 38. Os empregados eleitos para cargo de administração sindical ou representação profissional serão, em princípio, considerados em licença não-remunerada, durante o tempo em que se ausentarem do trabalho para o desempenho dos mandatos que lhes forem confiados.

Parágrafo único. Poderá a CPH conceder licença remunerada a um único dirigente sindical, por sindicato, mediante cláusula constante de acordo coletivo de trabalho.

Art. 39. Os acordos coletivos de trabalho serão celebrados entre a CPH e as entidades sindicais que venham a representar as categorias profissionais portuárias, sem prejuízo de outras normas legais pertinentes.

Art. 40. É vedado à CPH conceder financiamento ou prestar fiança a terceiros, sob qualquer modalidade, em negócios estranhos às suas finalidades, bem como realizar contribuições ou conceder auxílio não consignados em orçamento.

Art. 41. Os administradores, membros do Conselho Fiscal e ocupantes de cargo de confiança da CPH deverão apresentar, anualmente, declaração de bens.

DECRETO

A GOVERNADORA DO ESTADO RESOLVE:

Interromper, por necessidade de serviço, a contar de 12 de janeiro de 2009, as férias concedidas através do Decreto datado de 22 de dezembro de 2008 a CLÁUDIO ALBERTO CASTELO BRANCO PUTY, Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JANEIRO DE 2009.

ANA JÚLIA CAREPA

Governadora do Estado

DECRETO

A GOVERNADORA DO ESTADO RESOLVE:

interromper, por necessidade de serviço, a contar de 13 de janeiro de 2009, as férias concedidas através do Decreto datado de 9 de janeiro de 2009 a CÁSSIO ALVES PEREIRA, Secretário de Estado de Agricultura.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JANEIRO DE 2009.

ANA JÚLIA CAREPA

Governadora do Estado

DECRETO

A GOVERNADORA DO ESTADO RESOLVE:

exonerar, a pedido, de acordo com o art. 22 da Lei nº 6.482, de 17 de setembro de 2002, RUBENS NAZEAZENO FERREIRA BRITTO do cargo em comissão de Diretor-Geral da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará-ADEPARÁ.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JANEIRO DE 2009.

ANA JÚLIA CAREPA

Governadora do Estado

DECRETO

A GOVERNADORA DO ESTADO RESOLVE:

designar CÁSSIO ALVES PEREIRA, Secretário de Estado de Agricultura, para responder, até posterior deliberação, pela Direção-Geral da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará-ADEPARÁ.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JANEIRO DE 2009.

ANA JÚLIA CAREPA

Governadora do Estado

DECRETO Nº 1.488, DE 9 DE JANEIRO DE 2009

Altera o Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Pará aprovado pelo Decreto nº 9.521, de 8 de março de 1976.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição

Estadual, e considerando o disposto no item 5 do art. 13 do Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Pará, D E C R E T A:

Art. 1º O item 5 do art. 13 do Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Pará, passa a vigorar com seguinte redação:

"13.
.....

5. 5º UNIFORME - (Instrução, Serviço e Prontidão).

a. 5º Uniforme A (5º A)

- Para Oficial e Praça
- Gorro com pala verde folha;
- Gandola em tecido padrão, verde folha;
- Camiseta meia manga em tecido padrão, verde folha;
- Calça em tecido padrão verde folha;
- Cinto de lona verde folha com fivela preta;
- Meias pretas;
- Coturnos pretos;
- Usado na instrução e nos trabalhos diários, no interior dos quartéis.

b. 5º Uniforme B (5º B)

Para Oficial e Praça:

- Idêntico ao 5º Uniforme A (5º A), com as seguintes exceções: o Gorro com pala verde folha é substituído pelo capacete; é acrescido o cinto de equipamento com porta-revólver e porta-cassetete ou porta-sabre, de couro preto (guia de espadas, para Oficial).

- Usado no serviço normal de policiamento, guarda de aquartelamentos, em prontidão ou missão de choque.

c. 5º Uniforme C (5º C)

Para Oficial e Praça:

- Idêntico ao 5º Uniforme A (5º A), com acréscimo do cinto de equipamento com porta-revólver e porta-cassetete ou porta-sabre de couro preto (guia de espada, para Oficial).

- Usado no serviço interno.

d. 5º Uniforme D (5º D)

Para Oficial e Praça:

- Idêntico ao 5º Uniforme A (5º A), com exceção da Gandola em tecido padrão verde folha, que é substituída pela camiseta em tecido padrão verde folha, meia manga.

- Usado nas mesmas condições do 5º Uniforme A (5º A) quando determinado.

- Pode ser usado, em caráter facultativo, o cinto de equipamento com porta-revólver e porta-cassetete ou porta-sabre, de couro preto (guia de espada, para Oficial)."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 9 de janeiro de 2009.

ANA JÚLIA CAREPA

Governadora do Estado

DECRETO DE 12 DE JANEIRO DE 2009

Dispensa e designa Procuradores do Estado junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários-TARF.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e V, da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto no art. 86 e seus parágrafos da Lei Estadual nº 6.182, de 30 de dezembro de 1998;

Considerando as indicações do Procurador-Geral do Estado, constantes no Ofício nº. 5847 - GAB.PGE, de 9 de dezembro de 2008,

R E S O L V E:

Art. 1º Dispensar, a pedido, o Procurador do Estado ARY LIMA CAVALCANTI da função que exerce junto às Câmaras de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários-TARF, na qualidade de titular.

Art. 2º Designar o Procurador do Estado ANTÔNIO PAULO MORAES DAS CHAGAS, para desempenhar função junto às Câmaras de Julgamento do Tribunal Administrativo-TARF, na qualidade de titular.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 12 DE JANEIRO DE 2009.

ANA JÚLIA CAREPA

Governadora do Estado

DECRETO DE 12 DE JANEIRO DE 2009

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando os termos dos Ofícios nºs 533 e 534-AGESP/GAPRE, de 4 de dezembro de 2008, do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará-HEMOPA;

Considerando que os candidatos a seguir relacionados foram aprovados e nomeados no Concurso Público C-85 da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará-HEMOPA, e não tomaram posse dentro do prazo previsto em Lei, conforme Processo nº. 2007/545820,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito, com base nos termos do art. 22, § 3º, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, a nomeação dos relacionados no presente Decreto, os quais foram nomeados para exercer os cargos abaixo descritos, com lotação na Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará-